

O PREÇO DO PROGRESSO: DESENVOLVIMENTO E PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO EM SUAPE

Edem Willian Fragoso Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o modelo de desenvolvimento implantado no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE), assim como suas determinações históricas, sociais e políticas. Apresentando a precarização estrutural do trabalho, no contexto local do capitalismo globalizado, como elemento fundamental para construção de espaços de financeirização extrema a serviço do capital transnacional sob a roupagem de promotor do desenvolvimento regional. Não sendo a precarização estrutural do trabalho um efeito colateral do desenvolvimento econômico, mas o preço a se pagar por este. Partindo de uma perspectiva histórica que remonta desde concepção do complexo, ainda nos anos 1970 e aos impulsos decisivos recebidos pelo projeto via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos anos 2000, o estudo demonstra como a narrativa oficial de modernidade e redenção social contrasta com a realidade de violações socioambientais, concentração de renda e descompasso entre riqueza gerada e qualidade de vida nos municípios do entorno. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, este trabalho busca articular os conceitos de precariedade estrutural por Antunes e precariado por Braga, a fim de decifrar as dinâmicas laborais no complexo, marcadas pela terceirização em cadeia, rotatividade extrema e desproteção. Em síntese, Suape opera como uma engrenagem da precariedade, onde a flexibilização dos direitos e a exploração da força de trabalho são condições intrínsecas para a atração do capital global, atualizando, em nova roupagem, estruturas históricas de exploração e espoliação características da região Nordeste.

Palavras-chave: Suape, desenvolvimento, trabalho, precarização.

1. INTRODUÇÃO

O Complexo industrial e portuário de Suape, implantado no litoral sul de Pernambuco a partir da década de 1970, tem sua trajetória marcada por desafios e complexidades

desde a sua concepção em projeto. Interesses econômicos, regionais, ambientais, de cunho social e desenvolvimentista sempre estiveram em pauta nas mesas de negociação pelo futuro do empreendimento.

Suape alcança notoriedade e importância regional ainda na primeira década dos anos 2000, sob o forte apelo e esforços do governo e políticos pernambucanos, aliados a membros da elite econômica do estado. Passando por obras de qualificação, estruturação e expansão a partir desse momento e da década seguinte, com investimentos massivos¹ do governo federal via BNDES e empresas mistas como a Petrobras, isenções fiscais e verbas destinadas a programas desenvolvimentistas do governo Lula na região.

Segundo Silvio Costa Filho (2024), ministro de portos e aeroportos, Suape hoje é responsável por mais de 8% do PIB de Pernambuco. O complexo abriga atividades petroquímicas, automotivas, energéticas e portuárias, atraindo investimentos bilionários e gerando milhares de empregos. No discurso oficial, Suape é sinônimo de modernidade, progresso e integração do Nordeste à economia globalizada.

Já que tornou-se um dos principais pólos industriais e logísticos do Brasil, consolidado no mercado nacional e internacional como ambiente de negócios estruturados sob a economia de mercado global, obedecendo as lógicas especulativas do capital externo como a financeirização e desnacionalização dos lucros, sem o reinvestimento local, somado ao quadro de precarização extrema das estruturas de trabalho e dos trabalhadores, esse é um dos muitos atrativos para o capital financeiro nacional e internacional consolidarem seus objetivos em Suape.

Esse tal panorama de desenvolvimento adotado para o território que compreende Suape e sua zona de influência econômica dentro do estado de Pernambuco tem sido alvo de críticas recorrentes por parte de movimentos sociais, pesquisadores e organismos de fiscalização trabalhista que atuam na região.

¹ O Complexo Industrial Portuário de SUAPE está previsto para receber, até 2030, um volume total de investimentos da ordem de R\$23,66 bilhões. A projeção foi apresentada pelo presidente do complexo, Márcio Guiot. Conforme o levantamento divulgado, esse montante de investimentos está associado à previsão de geração de aproximadamente 40.850 empregos, considerando tanto as vagas diretas quanto as indiretas. O portfólio de projetos inclui nove empreendimentos atualmente em fase de instalação, além de um conjunto de melhorias para o porto que contam com financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 2024 do Governo Federal.

A precarização laboral que emerge nesse contexto dá a força motriz para a escalada desenvolvimentista do capital em Suape e não pode ser encarada apenas como um efeito colateral desse movimento, mas como pilar estruturante para o funcionamento das dinâmicas econômicas do complexo.

Nesse sentido, este artigo busca elucidar as dinâmicas que forçam o crescimento econômico, o desenvolvimento regional de Suape e de Pernambuco e que atuam para degradação do trabalho, questionando a noção do desenvolvimento alcançado à custa dos direitos laborais e dignidade dos trabalhadores.

2. SUAPE: HISTÓRIA E TRAJETÓRIAS

Figura 1 - .Planta de desenvolvimento e zoneamento do Complexo de Suape.



Fonte: SUAPE, 2022.

Os portos são elementos essenciais para a construção dos domínios coloniais na América do Sul porque foram as vias de acesso dos colonizadores e seus aparatos de controle. As cidades portuárias floresceram em meio a dicotomia de serem o ideário do desenvolvimento de toda uma região, ao mesmo tempo que suas lógicas financeiras e econômicas estavam voltadas inteiramente para o capital sediado fora do seu território de influência direta.

Operando sempre fora daquele contexto do desenvolvimento local, voltando seus lucros em maior escala para o estrangeiro. Sendo na dimensão local um agente desse arranjo a trabalho de um capital globalizado ou sediado numa metrópole distante, como no período colonial.

Como alerta Milton Santos (2006), o espaço não pode ser encarado como um mero palco passivo de eventos, mas um elemento ativo e produtor de realidades econômicas e sociais. Dessa forma, essas cidades englobam diferentes dinâmicas de coexistência social e econômica, com seus aparatos desenvolvimentistas, de trabalho, políticas e de investimentos pensados e operados para além do contexto local.

Assim, situado na mata sul do estado de Pernambuco, a aproximadamente 40 km de Recife, capital do Estado, encontra-se o Complexo Industrial Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros. Com uma área total que soma mais de 17.300 hectares, o espaço compreende em sua zona de abrangência econômica os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Recife, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. Com destaque para as cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que formam nessa região uma das maiores áreas de interesse econômico do Estado.

Com seu projeto de viabilidade concebido na década de 1970, Suape chega aos seus pouco mais de 50 anos sendo palco de disputas em amplos aspectos. No plano geopolítico e federativo, o complexo enfrenta a concorrência direta com outros portos do Nordeste, como PECÉM (CE), em uma guerra fiscal que fragmenta a região, enquanto sofre com as limitações econômicas e estruturais do pacto federativo brasileiro.

A dependência de investimentos federais para infraestruturas cruciais ao desenvolvimento econômico regional, como a ferrovia transnordestina, contrasta com sua gestão estadual que foca seus esforços em consolidar Suape enquanto palco principal de investimentos e decisões estratégicas para economia do estado e da região, criando uma tensão constante entre a urgência local e a necessidade de um planejamento nacional integrado.

Paralelamente, o capital internacional exige subsídios, flexibilizações socioambientais e trabalhistas, como contrapartida aos investimentos, pressionando o frágil equilíbrio entre atração de capitais e soberania do território. Como bem analisa o geógrafo Milton Santos, “o espaço é, pois, um verdadeiro campo de forças, cuja ação é tanto mais eficaz quanto mais ele é organizado e unificado. Daí o interesse crescente do capital pelo espaço, que ele busca moldar segundo sua lógica” (1978, p. 144).

Além disso, de acordo com os autores Barros e Silveira (2010), essas disputas se desdobram no conflito entre o projeto de modernidade ancorado no complexo e os direitos das comunidades e do meio ambiente. A expansão portuária e industrial nessa região ocorre, historicamente, sobre a violação de grupos sociais periféricos, trabalhadores e de territórios tradicionais como a comunidade quilombola Ilha das Mercês. Situada em meio aos manguezais às margens do estuário dos rios Tatuoca, Ipojuca e Massangana numa área limítrofe entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Essa comunidade tem seu território amplamente ameaçado pela instalação e ampliação do complexo de Suape. Tendo famílias expulsas de suas propriedades ancestrais, mananciais e poços artesianos aterrados, poluídos ou envenenados, áreas de plantio reduzidas por conta dos processos de cercamento promovidos pela empresa gestora do complexo e coação sistemática do ir e vir da comunidade por parte da segurança armada do empreendimento dentre outras violações, causando um conflito permanente entre Suape e a comunidade pela licença social para operar.

Observa-se então que o modelo econômico adotado pela gestão do complexo ignora a dimensão ambiental e social no entorno dos empreendimentos. Tratando a economia como um sistema isolado e a natureza junto ao bem viver das comunidades como uma mera externalidade a ser ignorada no processo de expropriação dos territórios para fins financeiros. Suape, hoje se vende como empresa verde, conforme dados institucionais, o complexo, mantém em seu quadro de políticas ambientais: 10 mil hectares de preservação ecológica, mais de mil hectares de mata atlântica, mangue e restinga em restauração e a produção de 450 mil mudas por ano em seus viveiros de reflorestamento.

Mas, de fato, o empreendimento é responsável pela destruição de manguezais e matas ciliares, áreas de mata atlântica, mutilação dos recifes de arenito, extinção de pomares de biodiversidade dentro de territórios anteriormente ocupados por comunidades, poluição do ar, marinha, química e alteração radical da topografia, alterações hidrológicas, com dragagens e aterros em áreas que afetam a dinâmica estuarina dos rios Ipojuca, Massangana e Tatuoca dentre outros impactos passíveis de serem elencados.

Como resultado da dinâmica de mudanças e alterações severas, Clóvis Cavalcanti (2008) aponta para o fracasso do projeto Suape, vendido como uma panaceia para os males econômicos e desenvolvimentistas de Pernambuco, acabou acelerando a degradação de ecossistemas, a mudança forçada de comunidades, modos de vida e trabalho, regimes de desembocaduras dos rios, o autor conclui que as advertências feitas ainda em 1975, com o documento “A Propósito de Suape”, primeira crítica registrada ao empreendimento, juntamente com outras advertências, sobre a degradação do patrimônio natural e social em troca de um crescimento econômico duvidoso acabaram por se confirmar.

Nesse processo, as determinações históricas e sociais desse almejado desenvolvimento do território Suape, se confirmam seguindo a cartilha capitalista. Com o crescimento econômico apoiado na exploração da força de trabalho assim como na expropriação da riqueza e renda socialmente produzidas, exacerbando o aumento das desigualdades.

Por exemplo, o município do Cabo de Santo Agostinho saltou de cerca de 10 mil habitantes em 1960 para mais de 203 mil segundo censo 2022 do IBGE, a promessa de melhores empregos e salários somada a expropriação das terras e territórios de pequenos produtores rurais, marisqueiros e pescadores forçou migrações massivas das zonas rurais para a cidade. Resultando na criação de bolsões de pobreza, em áreas inadequadas para habitação, como áreas de morros e encostas, margens dos rios Pirapama e Pontezinha, assim como áreas de mangue. Estima-se que só na área direta de instalação do Estaleiro Atlântico Sul forçou-se o deslocamento de 53 famílias de pescadores e agricultores.

Episódios como a construção de contenções e aterros ilegais alteraram o regime das marés na região destruindo manguezais, privando a população de seus meios de subsistência, pesca e coleta de crustáceos. Áreas ocupadas por cerca de 400 famílias de agricultores como as terras do antigo engenho Gurjaú foram declaradas como área de preservação ecológica, abrigando também uma barragem que além de abastecer bairros da cidade do Cabo e da região metropolitana, junto com o sistema pirapama garante o abastecimento d' água da Refinaria Abreu e Lima e do polo petroquímico.

Essa situação criou na região um conflito de interesses, pois a preocupação ambiental do estado foi impelida a servir como justificativa para a remoção de populações tradicionais de seus territórios, além de atender também necessidades escusas a essa população, como garantir o abastecimento de água de empreendimentos ligados ao complexo de Suape.

Esta dinâmica expõe uma contradição central do modelo de gestão adotado pelo estado em Suape, a busca por uma competitividade global assentada quase que naturalmente na externalização de custos socioambientais, transferindo para sociedade as despesas e demais implicações por esses impactos, e na precarização do trabalho. Atualizando velhas estruturas de exploração em um novo cenário, portanto, Suape não é apenas um motor econômico, mas um microcosmo onde se negociam, ou se impõem, os termos do desenvolvimento brasileiro, evidenciando que, sem uma coordenação nacional efetiva e um pacto social inclusivo, projetos estratégicos podem gerar mais fragmentação do que integração regional e nacional.

Segundo Alves (2011), desde o período colonial Recife e o Cabo de Santo são áreas de interesses estratégicos geográficos porque são portos naturais. No entanto, o porto do Recife desenvolve-se de forma maior em relação ao Cabo de Santo Agostinho, e assim, constitui-se ainda no século XVI como o principal entreposto comercial de Pernambuco, um dos principais da região nordeste e do Brasil. Dessa forma, o Complexo Portuário de Pernambuco se resume de fato ao Recife até o século XX, quando o porto passa a demonstrar sinais claros de inviabilidade de expansão.

Paralelamente a isso, Pernambuco encontrava-se num marasmo em meio a um forte quadro de saturação econômica. Assim, surge o projeto Suape como redentor da

economia pernambucana no cenário político, com a adesão de uma parcela da elite econômica do estado a ideia. Mas, o governo federal ignora por décadas a viabilidade do projeto até os anos 2000.

Conforme Alves (2011), o governo federal ignorou por décadas a viabilidade estratégica de Suape devido a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais. Durante a maior parte do século XX, o projeto nacional desenvolvimentista concentrou-se no eixo Rio-São Paulo, direcionando investimentos em infraestrutura portuária e industrial para o Sudeste. O Nordeste era visto prioritariamente como uma região de problemas sociais, secas, desigualdade, e não como um polo logístico competitivo.

Além disso, a existência do Porto do Recife, mais próximo do centro urbano e com influência política consolidada, criava uma disputa interna em Pernambuco que diluía esforços por um projeto ousado como Suape. Somente nos anos 2000, com a mudança do contexto geopolítico, expansão do comércio com Ásia e África, a saturação dos portos do Sudeste e a ascensão de uma coalizão política estadual forte, articulada em torno do governo Jarbas Vasconcelos e depois Eduardo Campos, é que Suape ganhou prioridade na agenda federal, atraindo investimentos massivos e tornando-se, finalmente, uma peça central na logística nacional (Alves, 2011).

Nessa ebulição política e econômica do projeto Suape a partir dos anos 2000, surge outra figura central no campo político em favor do nordeste e do projeto de expansão porto indústria de pernambuco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as políticas de desenvolvimento implementadas através PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), materializadas no Complexo Industrial e Portuário de Suape significaram em certa instância uma promessa de redenção econômica e social de uma região historicamente explorada e dominada pela monocultura da cana-de-açúcar.

O PAC representou, para Suape e para Pernambuco, uma promessa de redenção que se expressou em três dimensões principais. Primeiro, a redenção econômica e simbólica: após décadas, associado ao atraso, à seca e à economia canavieira em declínio, o Nordeste seria ressarcido pela inserção na economia global de alta

tecnologia, com a chegada de refinarias, estaleiros e montadoras através de investimentos federais massivos. Para Guimarães (1986):

O Nordeste que antes era tratado como “região-problema”, merecendo por esta razão uma política de desenvolvimento global e de cunho reformista, passa a ser considerada como um “sócio” menor, mas capaz de contribuir para a concretização do objetivo do Brasil-potência. Neste sentido, a política global de desenvolvimento é substituída por programas específicos, de impacto, e pela criação de “pólos”, capazes de explorar o potencial da região. (Guimarães, 1986, p.346)

Historicamente vista como uma “região-problema”, de crescimento lento, a economia nordestina apresentou um crescimento entre 1960 e 1990, superando taxas de crescimento do PIB nacional em certos períodos. Apesar do crescimento econômico, a pobreza e a desigualdade fundiária permanecem como traços marcantes. Em 1990, o Nordeste concentrava 55% dos indigentes do Brasil.

Enquanto novas áreas prosperavam, zonas tradicionais como a cana-de-açúcar, cacau e o semiárido dependente do algodão enfrentavam crises profundas e resistência a mudanças. A concentração de terras no Nordeste aumentou entre 1970 e 1985, com latifúndios ampliando sua participação na área total (Araújo, 1997).

Podemos ainda deduzir segundo as observações de Tânia Araújo que o nordeste e o Brasil caminham para uma fragmentação interna iminente. Já que a lógica do mercado global prioriza apenas os espaços competitivos ou ilhas de modernidade, deixando as áreas ditas, não-competitivas, à margem das políticas públicas e do investimento privado.

Isso acentua a heterogeneidade regional, sobretudo nessa marcha desenvolvimentista, onde sub-regiões dinâmicas como Suape se articulam com o exterior ou com o Centro-Sul, enquanto o Nordeste oriental tradicional corre o risco de ficar cada vez mais isolado.

No segundo plano vinha a redenção social através do emprego, a geração de dezenas de milhares de postos de trabalho, diretos e indiretos, prometia uma via de mobilidade social e a contenção do êxodo populacional, oferecendo um futuro no próprio estado. E por fim, a redenção política e federativa, Suape, como carro-chefe do PAC no Nordeste, simbolizou uma mudança na prioridade geopolítica federal, elevando a região de objeto de políticas compensatórias, contra a seca, ou no campo

sucroalcooleiro com a tentativa de impedir o fechamento de usinas, a sujeito ativo do desenvolvimento regional e nacional.

Essa tríplice promessa construiu uma poderosa narrativa de resgate histórico, na qual o crescimento econômico material seria a compensação por décadas de negligência. De fato, observamos em um curto espaço de tempo um boom econômico na região com a implementação de grandes empreendimentos no complexo, entre os anos de 2007 - 2014.

Especialistas falam sobre um estado de pleno emprego, os indicadores de ocupação mostravam uma taxa de desemprego de 9% e o cenário que se constituía era de um “apagão profissional” com a falta de mão de obra qualificada disponível, algo encarado na época como um problema “bom”.

No entanto, as ocupações eram majoritariamente temporárias e ligadas à fase de construção, obra civil, concentrando-se em funções de baixa e média qualificação: pedreiros, carpinteiros, armadores, operadores de máquinas pesadas, serventes e auxiliares de produção.

Conforme aponta Domingues e Lima (2013),

No mercado de trabalho estão cerca de 50 mil empregos gerados na etapa construtiva, dos quais 80% estão envolvidos com o pico da construção da refinaria. Pelas estimativas do Condepe-Fidem (2011, p.23-26), de 2007 a 2011 devem ser gerados, pelo impacto do Estaleiro Atlântico Sul, aproximadamente 132 mil postos de trabalho. Segundo informações da principal empresa do polo petroquímico, é prevista a geração de 1,8 mil empregos diretos (Domingues; Lima, 2013, p. 28).

Portanto, o pleno emprego, foi um fenômeno cíclico, intensivo em mão de obra bruta e de curta duração, que não se traduziu em uma massa equivalente de empregos industriais permanentes e qualificados após o fim das obras, revelando a natureza transitória daquele momento excepcional.

Enfim, em meio a esse cenário é iniciado um esforço de formação de mão de obra qualificada e especializada viabilizado através de parcerias entre a iniciativa privada e órgãos governamentais. O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, através do seu programa de qualificação profissional é um exemplo de uma iniciativa encabeçada no período, para tanto, 65%

da mão de obra deveria ser oriunda dos municípios situados no entorno do Complexo, e parte das vagas eram reservadas para a população carente.

Envoltos nessa atmosfera de crescimento e milagre pernambucano, a juventude oriunda da zona rural dos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Escada e Ipojuca e demais localidades dentro da zona de interesse estratégico de Suape é atraída para o complexo, em busca de melhores condições de vida e subsistência. Numa tentativa de se inserir em uma outra lógica de trabalho para além daquela que se impôs historicamente na região, a economia açucareira.

A especulação imobiliária e a alta demanda por moradia resultaram em ocupações em encostas e áreas de proteção ambiental. Além disso, conforme aponta os autores Medeiros e Godoy (2015), o crescimento econômico do Complexo Industrial Portuário de Suape impactou a equidade social nos municípios vizinhos de forma contraditória, evidenciando um descompasso entre o rápido avanço da riqueza econômica da região e a melhoria das condições de vida da população local.

Embora o complexo seja o principal motor da economia de Pernambuco, as iniciativas para mitigar seus efeitos negativos e promover a equidade são consideradas incipientes durante todo período de implementação e no tempo que se segue, o que gera uma desconexão entre o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Os principais impactos na equidade social podem ser detalhados nos seguintes pontos.

A concentração de riqueza e renda, uma vez que, existe uma disparidade extrema entre o crescimento do PIB e a renda real das famílias. Em 2010, Ipojuca atingiu o 15º maior PIB per capita do Brasil, mas sua renda média domiciliar per capita permanecia inferior ao salário mínimo e a média estadual. A maior parte da riqueza produzida é concentrada por uma minoria, enquanto a maioria dos assalariados recebe até dois salários mínimos. Domingues e Lima (2013) afirmam:

No que se refere ao processo de inclusão social, os números indicam que parte da população local tende a ser excluída do processo ou mesmo incluída, através da ocupação dos postos de trabalho de menor remuneração. Paralelamente, observa-se que mais da metade dos postos de trabalho entre o período de 2000 a 2010 encontram-se no patamar de até dois salários mínimos de rendimento médio. Então, contrariando as expectativas, os números nos levam a concluir que não houve melhoria efetiva da qualidade de vida da maioria da população envolvida no mercado

de trabalho do Complexo Industrial e Portuário de Suape (Domingues; Lima, 2013, p. 35).

O rápido crescimento e a intensa migração de trabalhadores, principalmente do sexo masculinos para a construção civil, estimularam problemas como o aumento da violência urbana, do tráfico de drogas e da prostituição infantil. Além disso, a especulação imobiliária acelerou processos de favelização e ocupações habitacionais irregulares em áreas de proteção ambiental.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da região melhorou, mas não acompanhou com a mesma velocidade a intensidade do crescimento econômico. Um indicador crítico é a mortalidade infantil em Ipojuca, que em 2010 registrou 32,52 mortes por mil nascidos vivos, mais que o dobro da média de Pernambuco, apesar do município ter a maior arrecadação fiscal do território. Medeiros e Godoy expõem (2015):

Ao comparar-se o aumento proporcional do IDHM dos municípios do Território de Suape com a ampliação proporcional do PIB e do PIB per capita, nota-se que as melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano não ocorreram na mesma magnitude e velocidade que o crescimento da riqueza produzida na região. Novamente, percebe-se que, mesmo em face de melhorias nas condições médias de vida da população local, há uma tendência que vem privilegiando o crescimento econômico. Ipojuca, que concentrou a maior parte do crescimento econômico na região, embora tenha atingido o segundo maior PIB do estado e um dos maiores PIB's per capita do país, sequer atingiu o patamar médio do IDHM de Pernambuco e manteve-se distante da média nacional (Medeiros; Godoy, 2015, p.88).

Persistem também disparidades salariais significativas, as mulheres no Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, chegaram a ganhar 44,8% menos que os homens em 2010. Há também uma acentuada defasagem entre salários urbanos e rurais, o que estimula o êxodo rural e a crise no setor canavieiro tradicional. Em suma, embora o boom de Suape tenha reduzido nominalmente alguns indicadores de concentração de renda, ele criou formas de desigualdade e desequilíbrios urbanos que as políticas sociais atuais ainda não conseguem equacionar adequadamente (Medeiros; Godoy, 2015).

Além disso, a partir de 2014, com o término da implementação de alguns dos grandes empreendimentos do complexo inicia-se o período de recessão fiscal, em conjunto a uma crise econômica no país que começa a desmobilizar os postos de trabalho de

Suape. De acordo com Tânia Araújo e Tarcísio Patrício de Araújo (2018), a RMR (Região Metropolitana do Recife), que representa 61% do PIB de Pernambuco, sofreu uma retração econômica significativa a partir de 2014, registrando uma queda de 6,4% no seu PIB em 2015.

Os principais fatores que causaram essa retração foram a desmobilização de grandes obras de Infraestrutura, pois, o encerramento da fase de implantação da primeira etapa da Refinaria Abreu e Lima e a conclusão das obras dos estaleiros geraram uma grande retirada de pessoal, reduzindo drasticamente o nível de emprego e a massa salarial na região.

Outro fator foi a crise na Petrobras e operação Lava Jato. Os problemas associados à Operação Lava Jato e às dificuldades internas da Petrobras comprometeram a continuidade dos investimentos previstos para a refinaria e afetaram diretamente a operação da indústria naval (Tânia Araújo; Tarcísio Araújo, 2018).

Em seguida, a queda nos preços do petróleo. A brusca redução dos preços internacionais do petróleo desestimulou novos aportes e operações no setor petrolífero e naval, pilares que sustentavam o crescimento recente da região. Assim como a crise no setor terciário, comércio e serviços. O quadro de desemprego e a crise industrial contaminaram o comércio varejista, que apresentou desempenho negativo a partir de 2015. Isso foi agravado pela queda do poder de compra, o forte endividamento das famílias e altos níveis de inadimplência.

Além disso, a retração na construção civil e mercado imobiliário. Após um período de euforia, o setor imobiliário passou a sofrer com um grande estoque de espaços construídos e não comercializados, além da ausência de novos projetos de impacto tanto no setor público quanto no privado.

Por fim, outros fatores que agravaram a retração foram projetos Frustrados, algumas iniciativas não atingiram o potencial transformador esperado, como a Arena Pernambuco obra de outro contexto, porém do mesmo período e que servia como centro concentrador de outras frentes de trabalho, desenvolvimento e infraestrutura habitacional e viária na região metropolitana. Mas, permaneceu isolada após a não materialização do projeto imobiliário da "Cidade da Copa" (Tânia Araújo; Tarcísio Araújo, 2018) .

3. A ENGRENAGEM DA PRECARIIDADE EM SUAPE

A promessa de redenção social de toda uma região impetrada em Suape via geração de empregos revelou-se, na prática, uma engrenagem complexa e perversa dentro de um projeto de precarização estrutural. Essa precariedade não é um acidente ou uma fase passageira, mas um componente funcional do modelo de desenvolvimento adotado por Suape, que se alimenta em três eixos principais: a rotatividade extrema, a terceirização em cadeia e a violação sistemática de direitos trabalhistas, ambientais e sociais.

No auge da construção, a Refinaria Abreu e Lima empregou pouco mais de 50 mil trabalhadores, porém isso não representou uma consolidação do mercado de trabalho na região, mas um emprego de exceção, temporário e intensivo em mão de obra bruta. Como destacam Domingues e Lima (2013), a transição da fase de construção, canteiro de obras, para a fase de operação, indústria, implicou uma redução drástica no contingente da mão de obra e uma elevação na qualificação exigida.

A massa de pedreiros, soldadores, armadores, serventes, dentre outros, foi descartada. Sem que a promessa de requalificação a novos postos de trabalho em larga escala se materializasse. Criou-se assim um exército de reserva cíclico e descartável, ajustável aos ritmos do capital, o que fragilizou a organização sindical na região e impossibilitou a construção de carreiras para aqueles que ambicionavam se perpetuar trabalhando em novas frentes.

Assim, observa-se que a gestão do trabalho em Suape foi e continua sendo operada através de uma complexa rede de terceirizações e subcontratações. Essa cadeia de intermediação, como analisa Ricardo Antunes (2018), é um mecanismo central do capitalismo contemporâneo para fragmentar a classe trabalhadora e diluir as responsabilidades.

Atuando nesse intento, o governo passa a flexibilizar absurdamente os direitos da classe trabalhadora, as grandes corporações transferem os encargos trabalhistas para uma infinidade de empresas menores que competem pelo menor preço entre elas, intensificando a exploração da mão de obra disponível..

Essa estrutura precarizada cria um ambiente de indefinições jurídicas, dificultando e criando múltiplas interpretações sobre as competências, vínculos e direitos sediados entre o trabalhador precário e a empresa principal, desmantelando os sistemas de fiscalização, a ação sindical e a responsabilização por quaisquer implicações que surjam dessas relações de trabalho.

Assim, como define Ruy Braga (2012), o vínculo de trabalho torna-se fluido e volátil, algo característico do precariado. Expropriado de direitos, à mercê de práticas que mercantilizam a força de trabalho, sem perspectivas de estabilidade ou ascensão.

Sendo o precariado para Ruy Braga, uma categoria imbricada no cerne do modo de produção capitalista. E não apenas um reflexo de uma das muitas crises estruturais do sistema capitalista. Ou, do modelo desenvolvimentista do fordismo clássico, porém periférico, aqui empregado em larga escala ainda na primeira metade do século XX.

No contexto de Suape, a pressão por prazos e produtividade nos megaprojetos de obras normalizou violações documentadas como jornadas exaustivas, condições inseguras de trabalho, descumprimentos de acordos trabalhistas, desrespeito a normas reguladoras de saúde e segurança no trabalho, subnotificações ou encobrimentos dos reais números de acidentes de trabalho e/ou mortes decorrentes exercício da função, encobrimentos acerca de episódios de adoecimentos relacionadas ao trabalho, banheiros e abastecimento de água potável insuficientes, inadequados e longínquos dentro dos canteiros de obra, perseguição sindical, alojamentos degradantes, entre outros.

Isso, não é ocasionado por uma simples falha de gestão, ou muito menos ocorre de forma desprestigiada, mas se configura numa metodologia de redução de custos e agilidade nos cronogramas de entrega. A lógica do chamado, just in time, uma metodologia de gestão originada no Toyotismo com a visão de otimizar os recursos disponíveis, incluindo a capacidade laboral de cada trabalhador, buscando processos mais baratos, eficientes e enxutos.

O JIT, sigla, pela qual ficou conhecida a metodologia anteriormente apontada, está completamente imersa no contexto da precarização laboral em Suape, uma vez que para ser implantada depende de terceirizações e subcontratações como estratégia de

fragilização de direitos para otimizar os custos com mão de obra, mascarar vínculos empregatícios, pressionar ritmos cada vez mais excessivos de trabalho e entrega, exigir horas extras não remuneradas além do limite legal, oferecer ambientes e condições inseguras de trabalho, tratando o trabalhador como recurso imediato e descartável.

Como aponta Cardozo, Pereira e Oliveira (2021), o regime de trabalho em Suape é caracterizado por uma lógica de produtivismo extremo, cobranças por metas e entregas somadas a cronogramas rígidos. Outro ponto latente, é que apesar dos salários serem, em média, superiores aos pagos por empregos na agricultura ou monocultura da cana, formas de trabalho que dominavam o cenário laboral da região até pouco tempo, a concentração de renda permanece alta.

A maioria dos trabalhadores recebe entre 2 e 5 salários mínimos. Porém, esse aumento de renda nominal foi neutralizado pela especulação imobiliária na região, que elevou o custo de vida e empurrou os trabalhadores para ocupações em áreas precárias e sem infraestrutura, expandindo o processo de favelização nos centros urbanos que compõem a zona de influência do complexo.

Em suma, o regime de trabalho em Suape, seja ele no setor da construção civil, na indústria de transformação, petroquímica, indústria naval, logística e demais setores englobados no complexo e no seu entorno funcionou como um atrativo para milhares de jovens trabalhadores, com a promessa de modernidade, bons salários, além de garantias futuras de perenidade de renda e emprego.

Porém, operou e opera sediando condições de fortes desgastes físicos e psicológicos, admitindo ou descartando rapidamente essa mão de obra, em favor das dinâmicas econômicas do capital globalizado, conjunturas políticas nacional e internacional, enfraquecimento ou fortalecimento de políticas trabalhistas e de direitos, dentre outros fatores utilizados para balizar a marcha da precariedade do trabalho segundo a lógica da financeirização extrema e lucratividade excessiva do mercado econômico.

Contudo, a análise de Suape não se torna mais clara sem que a enquadremos no âmbito das transformações globais operadas dentro do âmago do mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo. Utilizando uma categoria do professor Ricardo Antunes (2018), vivemos a era da precarização estrutural do trabalho.

O que significa dizer, que a instabilidade, a informalidade e a desproteção deixaram de ser marginais no mundo do trabalho para se tornarem os principais padrões da acumulação flexível do capital sobre a mais valia. Suape, por sua vez, encarna e caracteriza essa dinâmica do trabalho quando cria esse ambiente de incertezas mediadas pelos baixos salários, subcontratações, terceirizações e maior vulnerabilidade do trabalhador.

Assim, observa-se, segundo Ricardo Antunes, o desmanche do trabalho clássico segundo a lógica fordista, o modelo de trabalho, o operário estável da indústria pesada, é substituído por uma força de trabalho intermitente, terceirizada e polivalente, justamente o que aponta a atual fase de operação em Suape. Empregando cada vez menos trabalhadores e exigindo qualificações cada vez mais específicas, porém, mesmo esses postos de trabalho extremamente especializados estão sob a ameaça constante da automação e da reestruturação produtiva e flexibilização dos custos produtivos.

Além disso, a análise de Barros e Silveira (2010) sobre a transformação da terra de trabalho em terra de negócio dialoga diretamente com Antunes. Uma vez que, no complexo de Suape, o território e as áreas circunvizinhas, assim como a força de trabalho local são tratados como commodities para atração do capital global.

A precarização estrutural dos direitos, dos trabalhadores e suas representações, assim como do mundo do trabalho como um todo, é o preço da competitividade do complexo.

Em outros termos, como destaca Ricardo Antunes, em sua obra o Privilégio da Servidão. Na atualidade, se tiverem sorte, os jovens, homens e mulheres que compõem a classe trabalhadora, o seu trabalho será precário. Se tiverem o privilégio, serão servos. Porque, pior que o privilégio da servidão, nessa perspectiva, é a desolação do desemprego completo. Lógica traumatizante, mas que traduz bem o atual sentido de trabalho adotado pelas empresas que compõem o organismo econômico de Suape.

A massa de trabalhadores da construção cívica, descartados após o ápice das obras, e os operários terceirizados das plantas industriais, navais, petroquímica e portuária, prestadores de serviços sem vínculos empregatícios formais, trabalhadores informais

do setor de serviços no entorno do complexo, dentre outros. Encarnam esse precariado a serviço direto ou indiretamente de Suape.

Constituído a partir de grupos heterogêneos e atomizados enquanto classe trabalhadora, porém unificados pela insegurança vital a seus postos e ocupações, pela desconexão com uma identidade ocupacional estável e pela dificuldade de organização coletiva tradicional, integrados à economia global de forma subalterna e descartável.

Portanto, a precariedade em Suape é a expressão concreta e localizada de uma lógica global. Que as contradições centrais desse modelo desenvolvimentista amplamente focado na financeirização e no lucro, que âncora o desenvolvimento regional a esforços de investimentos e subsídios estatais para atrair o capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo que financia a negação e o desmonte dos direitos trabalhistas, da estabilidade, e da dignidade do trabalho. Suape, não falha em gerar riqueza, mas sucede uma geração de dividendos altíssimos porque se precariza cada vez mais o trabalho e o trabalhador.

Dessa forma, Suape atualiza a roupagem da exploração do capital na região, perpetuando a velha estrutura colonial de pilhagem dos recursos, usufruto da mão de obra, e desnacionalização dos lucros, amplamente empregada na região a partir do ciclo do açúcar. E que continua materializada na exploração local do território e do trabalho flexível, integrados de forma subordinada aos fluxos do capital global, sendo a precarização não o custo do desenvolvimento de Suape, e sim a sua engrenagem motriz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Complexo Industrial e Portuário de Suape revela uma atmosfera de contradições acerca do modelo de desenvolvimento regional, adotado pelo estado e sua gestão direta, com o objetivo de ancorar no empreendimento a atração do capital financeiro global. Mediado por subsídios estatais, flexibilizações socioambientais e a precarização estrutural do trabalho, Suape constrói um ambiente de especulação financeira e disputas que favorecem a prevalência dos lucros e ditames do capital

estrangeiro sobre os direitos dos trabalhadores e soberania do seu território já fragmentado pela financeirização extrema.

O discurso oficial, que sempre celebrou o complexo como um sinônimo de modernidade, progresso e inserção competitiva do Nordeste na economia global, esbarra em uma realidade marcada pela externalização de custos, pela desnacionalização dos lucros e pela perpetuação de desigualdades históricas latentes na região.

Como demonstrado no decorrer da explanação, a promessa de redenção social e econômica para Pernambuco, materializada nos investimentos massivos do PAC e na narrativa de geração de emprego e rendimentos perenes na região, mostrou-se parcial e efêmera. Os indicadores sociais dos municípios do entorno, a exemplo de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho, como vimos comprovam o descompasso fundante entre o explosivo crescimento do PIB e uma melhoria concreta da qualidade de vida da população afetada pelas dinâmicas do complexo, com persistência de altas taxas de mortalidade infantil, favelização e desigualdade salarial sempre em evidência.

A precariedade laboral em Suape se constrói como fator determinante para a manutenção daquela estrutura de relações de trabalho, poder e lucro. Não sendo, portanto, uma disfunção ou um efeito colateral indesejado. Ela é a engrenagem motriz de um modelo que busca a capitalização de seus intentos e a competitividade a qualquer custo. Quando se analisa esse regime, à luz das categorias de Ricardo Antunes e Ruy Braga, há a construção de uma visão privilegiada sobre a formação de um precariado local e suas implicações para o mundo do trabalho e a dinâmica social que lhe abarca.

Em suma, Suape sintetiza e representa os impasses de um projeto desenvolvimentista que, ao buscar atalhos para sua integração à economia global, renunciou a pilares fundamentais para os trabalhadores e populações afetadas, como justiça social e sustentabilidade. Assim, o complexo gera riqueza, mas a concentra, gera empregos, mas os precariza, ocupa e mantém dependência com o território, acelera sua degradação e desagrega o tecido social que o ajudava a manter-se de pé.

O caso Suape demonstra que, sem uma coordenação nacional estratégica, um pacto social que priorize direitos e uma revisão crítica no modelo de atração de investimentos, grandes projetos como os concebidos naquela região, tendem a reproduzir e intensificar as assimetrias que prometiam resolver. O legado de Suape, até o momento, alerta que o desenvolvimento alcançado à custa da dignidade do trabalho e do equilíbrio socioambiental é, no longo prazo, um progresso falacioso e socialmente insustentável.

Por isso, conforme Sônia Fleury (2004) é necessário que a política social incorpore a dimensão territorial como eixo central, tratando o território como um componente material e simbólico da esfera pública. Fomentar a construção de políticas de inclusão e reconstrução urbanas ligadas à necessidade de recuperar a dimensão pública do território e garantir que a cidadania não seja apenas um conceito jurídico, mas uma prática social efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARROS, André Paulo de; SILVEIRA, Karla Augusta. **A produção do espaço rural-**

urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de Suape, Pernambuco - Brasil. Cadernos CERU, v. 21, n. 1, p. 205-224, jun. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco.** Recife: UFPE/Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

COSTA FILHO, S. **Discurso na cerimônia de anúncio de investimentos no Complexo de Suape.** Recife, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/com-investimentos-de-r-123-milhoes-silvio-costa-filho-assina-ordem-de-servico-para-obras-no-molhe-do-porto-de-suape>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DE PERNAMBUCO, Diário. **R\$23,66 bilhões de investimentos em SUAPE.** Diário de Pernambuco, Recife, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/colunas/economiaemfoco/2024/07/r-23-66-bilhoes-de-investimentos-em-suape.html>. Acesso em: 26 jan. 2026.

DOMINGUES, Rita Alcântara; LIMA, Luiz Carlos França de. **Complexo Industrial e Portuário de Suape, Pernambuco: uma perspectiva.** Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Recife, n. 1, jan./jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

FLEURY, Sonia. Espaço, **Território e Cidadania: A Cidade dos Cidadãos.** Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Nordeste: da articulação comercial à integração econômica.** 1986. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1986.

MEDEIROS, Rogério de Souza; GODOY, José Henrique Artigas de. **Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos.** [Dossiê], 2015.

PEREIRA, Eugenio, CARDOZO, Anderson, RODRIGUES, Victor de Oliveira. Caracterização do regime de trabalho no setor da indústria naval no território de Suape-Pernambuco. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de, RODGERS, Gerry (org.).

Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 1978.

SUAPE. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.** Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/operacoes/plano-de-desenvolvimento-e-zoneamento>. Acesso em: 26 jan. 2026.